

## **O Plantão do Jornal Nacional como resposta ao silenciamento bolsonarista: uma análise discursiva**

Jornal Nacional's Breaking News as a response to Bolsonaro's supporters silencing: a  
discursive analysis

Nelson Figueira Sobrinho<sup>1</sup>  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste  
nelson\_figueira@hotmail.com

Dantielli Assumpção Garcia<sup>2</sup>  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste  
dantielligarcia@gmail.com

**RESUMO:** Inserido nos estudos de análise de discurso franco-brasileira, doravante AD, este artigo tem como objetos os fatos que levaram à exibição do *Plantão do Jornal Nacional (JN)* em 5 de junho de 2020, para noticiar o número de casos de Covid-19 e de mortes em decorrência dessa doença, e o próprio boletim jornalístico, exibido em horário nobre após a interrupção da programação. O plantão foi uma resposta à decisão do governo federal, por meio do Ministério da Saúde, de retardar a divulgação desses números, e à declaração do presidente Jair Bolsonaro, na mesma data, de que a medida acabaria com as matérias sobre o tema veiculadas no noticiário. A análise parte da hipótese de ter havido censura – do ponto de vista da AD – à imprensa brasileira e, em especial, ao *JN*. Para isso, o estudo se baseia em Orlandi (2007a, 1987), para verificar se teria havido uma política do silêncio; ou seja: um processo de silenciamento que limitaria os sujeitos no percurso de sentidos e atingiria justamente os cidadãos mais vulneráveis. São basilares ao estudo, que tem como fim somar às pesquisas que versam sobre a cobertura da pandemia por parte da mídia, conceitos como efeitos de sentido e memória discursiva (PÊCHEUX, 2014a). Ao final, conclui-se que Bolsonaro faz emergir uma memória discursiva própria dos regimes autoritários – nesse caso, à extrema-direita –, mas sua estratégia foi suplantada por meio dos efeitos de sentido advindos do plantão jornalístico, que acabou por dar mais destaque aos dados censurados.

**Palavras-Chave:** Análise de Discurso; Silenciamento; Censura; *Jornal Nacional*; Covid-19.

**ABSTRACT:** Inserted in the studies of Franco-Brazilian discourse analysis, hereinafter AD, this article has as its objects the facts that led to the broadcasting of the TV news *Plantão do Jornal Nacional* on June 5<sup>th</sup>, 2020, to report the number of cases of Covid-19 and of deaths as a result of this disease, and the journalistic bulletin itself, broadcasted in prime time after the interruption of the

---

<sup>1</sup> Doutorando em Letras (Unioeste – campus Cascavel). Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras (Unioeste – campus Foz do Iguaçu). Graduado em Comunicação Social – Jornalismo.

<sup>2</sup> Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Docente nos cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Bolsista Produtividade Fundação Araucária (PR).

television network programming. The breaking news was a response to the decision of the federal government, through the Ministry of Health, to delay the disclosure of these numbers, and to the statement given by President Jair Bolsonaro, on the same date, saying that the measure would end the articles on the topic published in the news. The analysis starts from the hypothesis that there was censorship – from the point of view of AD – to the Brazilian press and, in particular, to the *JN*. For this, the study is based on Orlandi (2007a, 1987), to verify if there had been a policy of silence; that is to say: a process of silencing that would limit the subjects in the course of their senses and would reach precisely the most vulnerable citizens. Concepts such as the effects of meaning and discursive memory (PÊCHEUX, 2014a) are also fundamental to this study, which aims to add to the research field that deals with the coverage of the pandemic by the media. In the end, it is concluded that Bolsonaro gives rise to a discursive memory that is typical of authoritarian regimes – in this case, of the extreme right – but his strategy was supplanted by means of the effects of meaning arising from the breaking news, which ended up giving more emphasis to the censored data.

**Keywords:** Discourse Analysis; Silencing; Censorship; *Jornal Nacional*; Covid-19.

## Introdução

No final de 2020, a Organização das Nações Unidas apresentou dados sobre os efeitos da Covid-19 para os povos mais vulneráveis. Segundo o órgão, nesse que foi o primeiro ano da pandemia, 32 milhões de pessoas poderiam ser lançadas na pobreza nos países menos desenvolvidos (ONU..., 2020a). Mas os efeitos da pandemia não deverão se restringir ao curto prazo. Com o passar dos anos, 207 milhões de indivíduos podem ser empurrados à pobreza extrema se nada for feito. Com isso, um bilhão de seres humanos estarão nessa situação até o final dessa década. Para reverter esse quadro, é necessário investir em infraestrutura, capital, máquinas, financiamento e recursos humanos (ONU..., 2020a).

O prognóstico vai ao encontro dos dados apresentados no início da pandemia, quando o Escritório das Nações Unidas de Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA) destacou que nos 75 anos de existência da ONU nunca havia sido registrada uma crise de saúde de tamanha envergadura como a provocada pela Covid-19. O impacto atinge todos os países, que tiveram de não apenas ampliar os serviços de saúde pública, mas também proteger populações mais vulneráveis.

No meio dessa crise, o papel dos governos e da imprensa são cruciais, mas no Brasil chama a atenção a relação entre o governo federal, mais especificamente o presidente da República, Jair Bolsonaro (sem partido), e a Rede Globo, maior e principal emissora do país. O presidente, diferentemente de governos não progressistas anteriores, não tem a emissora carioca como o canal de televisão aliado, mas, sim, a Rede Record (ALMEIDA, 2019). Neste sentido, a Rede Globo é oposição a ele (e não ao governo).

É justamente nessa disputa que se insere este artigo, o qual possui dois objetos de análises: (I) o *Plantão do Jornal Nacional* exibido em 5 de junho de 2020 para noticiar o número de casos de Covid-19 e de mortes em razão da enfermidade; e (II) as circunstâncias – ou seja, as próprias condições de produção – que levaram à exibição desse boletim. O plantão foi uma resposta à decisão do Ministério da Saúde de retardar a divulgação dos números relativos à doença, o que foi considerado por meios de comunicação brasileiros e estrangeiros (BRASIL, 2020) como censura.

Apesar da afirmação já feita por parte da mídia de que houve censura aos meios de comunicação, este artigo, inscrito na Análise de Discurso franco-brasileira (AD), analisa se houve censura sob o ponto de vista do discurso, tendo como base leitura e teorização de Orlandi (2007a, 1987) sobre a política do silêncio, mais especificamente o que a autora denomina silêncio local.

Ao ser pensada por meio do silêncio, “[...] a própria noção de censura se alarga para compreender qualquer processo de silenciamento que limite o sujeito no percurso de sentidos” (ORLANDI, 2007a, posição 56). Acreditamos que, nessa limitação, ou interdição, à inscrição desses sujeitos em certas formações discursivas, há aqueles mais vulneráveis, a quem esse limite será mais contundente.

Nesse sentido, neste artigo, busca-se verificar se, nesse caso, o governo promoveu apagamentos, de forma a restringir a publicitação de informações e pontos de vista, ou atuou como forma de regular a emergência de ideias e de desejos dos sujeitos, reprimindo-os.

Além de Orlandi, o artigo se debruça sobre os conceitos pecheutianos de memória discursiva, formação discursiva e efeitos de sentido (PÊCHEUX, 2014a) para analisar a materialidade discursiva. No caso específico do *Plantão*, além dos dizeres presentes no texto, são foco deste artigo os recursos imagéticos e sonoros, bem como a própria carga simbólica do boletim, usado em ocasiões excepcionais. A hipótese é que os efeitos de sentido advindos do plantão jornalístico acabaram por dar mais destaque aos dados censurados.

Como forma de sistematizar o trabalho, a seguir será feita uma contextualização do momento histórico em que se deu a mudança no horário e no sistema de divulgação dos dados da Covid-19, de modo a apresentar as condições de produção do discurso analisado (PÊCHEUX, 2014a). Com o mesmo fim, será feito um histórico sucinto do *Jornal Nacional* e da própria Rede Globo, tendo como referenciais livros-reportagem e pesquisas que analisaram tal objeto. Em seguida, será feita a análise do *corpus*, seguida pela análise das condições de produção, concomitantemente com a apresentação da fundamentação teórica que embasa a discussão. Por fim, serão apresentados dados sobre a pandemia, com o intuito de mostrar como essa tem afetado as populações vulneráveis e também analisar se os efeitos da censura as atingem com maior intensidade que o restante da sociedade brasileira.

### **As condições de produção do *Plantão do JN***

Na data em que o *Plantão do Jornal Nacional* (5 de junho de 2020) foi exibido para divulgar o número de casos de Covid-19 e de mortos em razão da doença, o Ministério da Saúde, por duas vezes, já havia retardado para as 22 horas a divulgação dos números; ambas na mesma semana. Com isso, o *Jornal Nacional*, que à época abria a edição com os números da enfermidade, havia apresentado dados coletados das secretarias estaduais de Saúde pelo portal *GI*, também das organizações Globo.

Segundo o levantamento do *Jornal Nacional* (2020) – apresentado na edição normal –, na data havia 643.766 casos confirmados e 35.033 mortes. Mas as circunstâncias da enunciação (ORLANDI, 2020) envolviam ainda outras decisões tomadas pelo Ministério da Saúde que dificultavam a cobertura da imprensa e o repasse da informação à população. Até 17 de abril, os dados eram divulgados às 17 horas. Depois desse dia, a liberação por parte do ministério passou para as 19 horas, horário que foi se estendendo até chegar à divulgação por volta das 22 horas (VEÍCULOS..., 2020).

Houve ainda mudanças na qualidade do material. Um dia antes da exibição do *Plantão do JN* (ou seja, em 4 de junho), o portal do ministério em que se divulgava o número de óbitos e de infectados foi retirado do ar, retornando quase 20 horas depois. Mesmo depois de restabelecida a página, os dados não eram mais consistentes, pois, diferentemente do que ocorria, constavam apenas os casos registrados nas últimas 24 horas – sem o somatório de mortes e de novos casos desde o início da pandemia. Ademais, foram suprimidos *links* que levavam a tabelas, gráficos e outros materiais que podiam ser utilizados não apenas pela imprensa, mas por pesquisadores (VEÍCULOS..., 2020).

As condições de produção da edição incluíam ainda a saída de dois ministros da Saúde. O primeiro demissionário foi Luiz Henrique Mandetta, um ex-deputado federal (DEM-MS). Médico ortopedista, Mandetta, que estava no governo desde 2019, havia sido demitido em 16 de abril em razão do conflito entre ele e o presidente Jair Bolsonaro. Entre os motivos dos atritos, estava a defesa de Mandetta ao distanciamento social, o que contrariava o chefe do Executivo. No lugar de Mandetta, o presidente empossou, em 17 de abril, Nelson Teich, oncologista com experiência em gestão privada da saúde (TROCA..., 2020).

Teich permaneceu no cargo menos de um mês, pois saiu em 15 de maio. Concorreu para sua saída, além da também defesa do isolamento, sua discordância com a defesa do uso de hidroxiquina, feita por Bolsonaro. Em seu lugar assumiu, interinamente, o general Eduardo Pazuello (LEMOS, 2020), que não é um profissional da saúde. Pazuello somente foi empossado como titular em 16 de setembro (VENAGLIA, 2020). Ou seja, à época da exibição do plantão não havia um ministro titular.

Uma declaração de Bolsonaro também acrescentou mais um dado às condições de produção do boletim. Na data da exibição, sexta-feira, 5 de junho, perguntado sobre a mudança de horário de divulgação dos dados, o chefe do Executivo nacional respondeu: “Acabou matéria do *Jornal Nacional*” (GARCIA, 2020, p. 1). O presidente seguiu e argumentou que apoiava a decisão do Ministério da Saúde devido à necessidade de divulgar dados consolidados do dia. Porém, órgãos da imprensa contra-argumentaram, pois os números

publicados nos dias em que já durava a decisão se referiam às atualizações feitas até as 19 horas, e não às 22 horas. Ou seja, apenas a divulgação foi retardada. As declarações de Bolsonaro seguiram, com o presidente dizendo que “ninguém tem que correr para atender a Globo”, a qual chamou de “TV Funerária” (BOLSONARO..., 2020, p. 1).

Apesar de as demais emissoras (Record, Band, Rede TV! e SBT) também terem sido prejudicadas pela mudança, apenas a emissora carioca foi citada, o que a levou a emitir uma nota (BOLSONARO..., 2020, p. 1). No texto, em que afirmou que o público saberia julgar se o governo estaria ou não agindo corretamente – se por motivos técnicos ou outros que não poderia “confessar” –, a emissora anunciou que os espectadores poderiam ter certeza de que seriam informados sobre os números assim que fossem divulgados “porque o jornalismo da TV Globo corre sempre para atender o seu público” (REDE GLOBO, 2020, apud BOLSONARO..., 2020, p. 1). Mas, apesar dessa afirmação, o histórico da emissora também concorre contra ela, já que, por diversas vezes, já foi acusada de manipulação (ou omissão) dos fatos, como mostramos a seguir.

### **A Rede Globo e os governos: uma estreita e antiga relação**

Para analisar o *Plantão do Jornal Nacional*, é relevante lembrar os 51 anos de existência desse telejornal, completados em 1º de setembro de 2020.

Assim como a Rede Globo de Televisão – fundada quatro anos antes –, o telenoticiário nasceu na ditadura militar. Amorim (2015), entre outros, narra que a emissora sempre esteve próxima dos militares e permaneceu ao lado do poder durante os primeiros anos da redemocratização do país, somente se opondo aos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), ambos do PT.

Lima (2012) aponta que, até metade da década de 1990, havia unanimidade entre os estudos da área em apontar na trajetória do *Jornal Nacional* um determinado oficialismo, quando não subserviência em relação aos diferentes governos brasileiros. Estudos mais contemporâneos demonstram a tendência de alinhamento do grupo Globo a governos e candidatos que defendem a liberdade de mercado e a restrição à intervenção estatal sobre a economia, em contraponto a toda tendência progressista ou de esquerda. Dois exemplos são os posicionamentos nas eleições de 1989 e de 2006, em que a emissora apoiou Fernando Collor de Mello e Geraldo Alckmin, respectivamente (AMORIM, 2015).

Semelhante posicionamento foi observado no processo que culminou com o golpe/*impeachment* de Dilma Rousseff, em que a Rede Globo, por meio do *Jornal Nacional*, construiu e atribuiu dizeres a então presidenta, aumentando sua presunção de culpa, com um discurso jornalístico que a incluiu, ainda que de modo genérico, entre os representantes do Partido dos Trabalhadores retratados como corruptos e responsáveis pela então crise econômica a qual o país atravessava (CASTANHEIRA, 2018).

Para a compreensão da relação do grupo Globo e do *Jornal Nacional* com o poder, é preciso ainda se ater não apenas às pesquisas sobre a mídia, mas a comunicadores como o já citado Amorim (2015) e, de forma mais contundente, a Herz (1987) que, por meio de um levantamento de documentos oficiais, narra e analisa a história da emissora. Entre os fatos narrados pelo autor está a ingerência do próprio fundador da emissora, Roberto Marinho, no que seria exibido nos telejornais. Redigido, na obra, em forma de diálogo, o caso retrata Marinho, ao telefone, repreendendo Luís Carlos Cabral, então diretor regional de jornalismo da Rede Globo no Rio, por a TV ter veiculado projeções de que Leonel Brizola seria eleito governador do Rio de Janeiro em 1982, pelo PDT:

O dr. Roberto, que é “doutor” unicamente pelo poder que desfruta, nesse momento, descia das alturas do seu cargo e despia-se da postura de estadista que ostenta em público para advertir um funcionário. E o que Roberto Marinho reclamava era o descumprimento de um plano maquiavélico: a divulgação de informações internacionalmente distorcidas sobre o processo de apuração das eleições. Há muitas evidências de que esse comportamento da Globo ocorreu em vários estados, seguindo um plano nacional para fraudar as eleições (HERZ, 1987, p. 14).

O episódio – típico caso de tentativa de censura por parte do próprio dono da emissora – é apenas um, dos vários citados pelo jornalista, que defende que a intervenção política da Rede Globo não se restringia, pelo menos à época, ao campo ideológico e avançava para a colaboração ativa nos processos eleitorais.

É esse campo ideológico de apoio e oposição a governos que sustenta o *Plantão do JN* que passamos agora a analisar.

### **Efeitos de sentidos no *Plantão do JN***

Com 1’36”, o *Plantão do JN* objeto deste artigo foi exibido próximo das 22 horas e, como de praxe, foi aberto e encerrado com a exibição de uma vinheta e da trilha sonora

característica. Por isso, antes de apresentar os dizeres da nota, analisamos a vinheta – feita por meio de computação gráfica – e a música que abrem e fecham os boletins da emissora. Ainda que seu estudo não tenha como procedimento a AD, Emerim (2017), ao apresentar uma proposta de análise baseada na Semiótica Discursiva para as vinhetas da emissora, descreve como esse artifício tecnológico possui características que visam a chamar a atenção do espectador.

Segundo a autora, “a música-tema é uma composição forte, em acordes graves e marcantes, pontuada, imprimindo um ritmo rápido à vinheta” (EMERIM, 2017, p. 53). As imagens, uma série câmeras e de microfones com a canopla da emissora, acompanham o ritmo da música. Ao final, aparece a palavra “plantão” sobre o logotipo da emissora: “A música é composta para despertar a atenção. Seu tom mais alto do que o de outros programas e sua imponência marcam uma ruptura na programação habitual, produzindo **efeitos de sentido de urgência, rapidez e relevância**” (EMERIM, 2017, p. 53, grifos nossos).

Embora efeitos de sentido possam ter um outro significado para a autora, pois sua pesquisa é baseada em outro referencial teórico, sob o ponto de vista da AD todas essas particularidades também produzem efeitos de sentido (o que, para a AD também tem conceituação diferente). Segundo Pêcheux (2014a, p. 81), o que a teoria da informação denomina mensagem como sendo a transmissão de informação entre dois interlocutores A e B, a AD denomina discurso. Em outros termos, o que se processa entre A e B não é uma mensagem, mas um “efeito de sentidos” (o discurso), entre ambos.

É preciso entender que, enquanto para a teoria da informação, A e B são interlocutores estabelecidos em um espaço físico, para a AD ambos significam lugares “na estrutura de uma formação social” (PÊCHEUX, 2014a, p. 81). Ou seja, ambos estão inseridos em suas respectivas formações discursivas, com uma determinada posição sócio-histórica e ideológica. Em sua obra em que teoriza sobre a interpretação, Orlandi (2007b) defende que, sob o ponto de vista da significação, não existe uma ligação estreita entre o homem e o mundo. Ou seja, a relação do homem com o pensamento, com a linguagem e com o mundo é mediada. A mesma relação indireta, mediada, ocorre entre a linguagem e o pensamento e a linguagem e o mundo.

Justamente por pensar nessas relações indiretas, mediadas, é que a autora sustenta ser a noção de discurso fundamental, pois esse é uma das instâncias concretas dessa relação entre a linguagem, o pensamento e o mundo.

A esta abertura da linguagem, isto é, não há linguagem em si, soma-se o que temos concebido como a abertura do simbólico. [...] não há um sistema de signos só, mas



muitos. Porque há muitos modos de significar e a matéria significativa tem plasticidade, é plural. Como os sentidos não são indiferentes à matéria significativa, a relação do homem com os sentidos se exerce em diferentes materialidades, em processos de significação diversos: pintura, imagem, música, escultura, escrita, etc. A matéria significativa – e/ou a sua percepção – afeta o gesto de interpretação, dá uma forma a ele (ORLANDI, 2007b, p. 12).

No que diz respeito ao *Plantão do JN*, podemos inferir que a forma como a música é usada pela emissora afeta a forma como o telespectador interpreta a notícia, os dizeres do boletim. Criado para noticiar fatos importantes tão logo ocorram, evitando a espera até os telejornais e ao mesmo tempo “furando” a concorrência, o plantão do *JN* possui uma importância trazida automaticamente ao telespectador por meio de uma memória discursiva retomada pela música e pela vinheta.

Essa mesma memória discursiva repassa certa relevância também ao tema, que ganha maior destaque. Geralmente exibido durante os intervalos comerciais, os plantões, muitas vezes, são levados ao ar em meio a outros programas, que são visivelmente cortados, interrompidos – o que aumenta sobremaneira sua importância. Foi justamente essa a estratégia da emissora em 5 de junho, que interrompeu a novela das 21 horas – seu horário nobre. Todas essas particularidades acabaram ampliando ainda mais os efeitos de sentido do boletim e chamando mais atenção ao fato noticiado, o que concorreu para que o plantão chegasse a ser um dos assuntos mais comentados nas redes sociais (GLOBO..., 2020). Em síntese: a estratégia do governo federal – em especial do presidente –, de evitar que o *Jornal Nacional* noticiasse os números da Covid-19, acabou por provocar um efeito contrário, ampliando a importância da notícia.

Abaixo, segue a transcrição do plantão na íntegra.

[WILLIAM BONNER] São 21h45 agora, pelo horário de Brasília. O **Ministério da Saúde** acaba de divulgar que 30.830 **brasileiros** entraram nos registros oficiais de casos de Covid-19. Segundo o **Ministério da Saúde, o Brasil** tem agora um total de 645.771 infectados. Nas últimas 24 horas, o **ministério** registrou 1.005 óbitos e com isso o contingente de **brasileiros** mortos chegou a 35.026, segundo o **Ministério da Saúde do governo do Brasil**. Nós dissemos que você teria esses números assim que fossem anunciados, estamos aqui, cumprindo o que nós dissemos. Você vai ter outras notícias logo mais no *Jornal da Globo*, que hoje é depois do *Globo Repórter*. Registro nossa solidariedade a todas as famílias brasileiras enlutadas pela pandemia.

Durante a leitura, ao fundo foram exibidas imagens com as fotografias das vítimas, somente retiradas para a exibição dos infográficos (Figura 1).

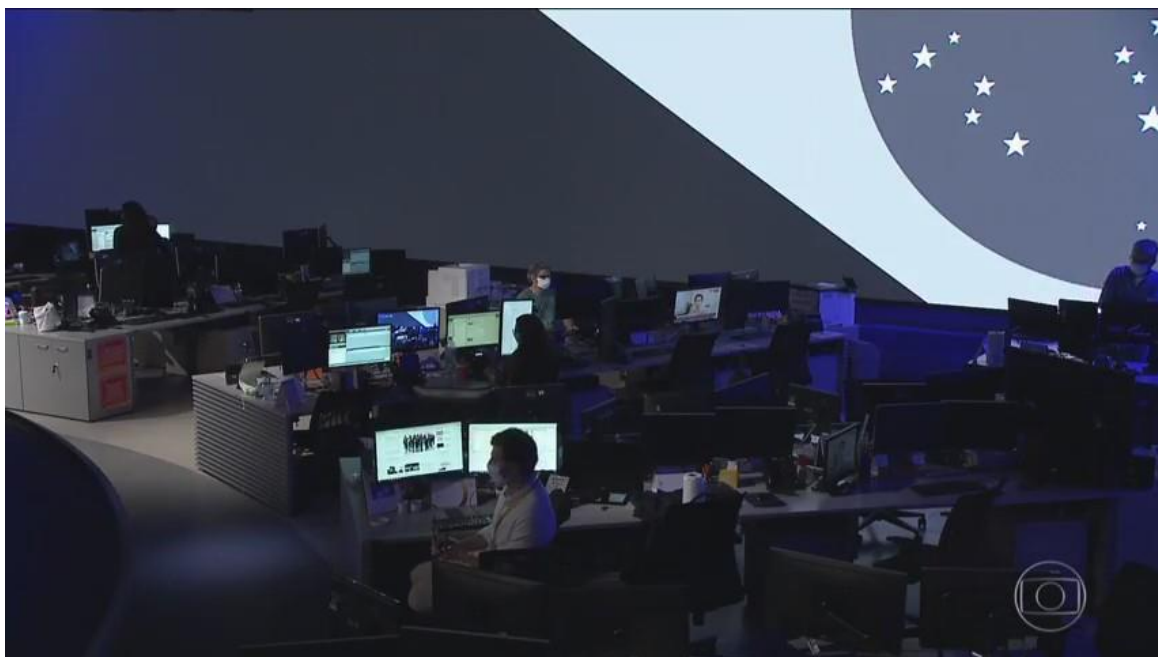
Figura 1 - Fotos de vítimas da Covid-19 exibidas ao fundo



Fonte: Rede Globo de Televisão (2020).

Após o texto, seguem oito segundos de silêncio, enquanto a câmera se afasta e mostra a redação do *JN* na penumbra. Ao fundo, como que na parede, vê-se parte da bandeira do Brasil em tons de cinza (Figura 2). Sobre isso – a questão do silêncio – nos ateremos na próxima seção.

Figura 2 - Imagem da redação do *JN*, com parte da bandeira brasileira em tons de cinza



Fonte: Rede Globo de Televisão (2020).

Primeiramente, em relação ao texto, nota-se a reincidência de palavras: Brasil, brasileiros, Ministério da Saúde, ministério, Ministério da Saúde do governo do Brasil. Porém, o que pode ser interpretado como repetição, para a AD é mais que isso: “a mera repetição já significa diferentemente, pois introduz uma modificação no processo discursivo” (ORLANDI, 1987, p. 119). Ou seja, se do ponto de vista da gramática normativa os termos exercem funções sintáticas diferentes, à luz da AD essa diferença vai além, extrapola o texto. Ainda que um termo novamente dito possa a princípio remeter ao anterior, o efeito do segundo jamais será igual ao do primeiro. Em outros termos: este efeito de sentido não será o mesmo de anteriormente, pois ambos são acontecimentos diferentes. Ademais, na enunciação cada um dos termos sintáticos terá um determinado “contorno significativo”, sendo necessário esmiuçar os dizeres para verificar o sentido de cada uma das construções (ORLANDI, 1987, p. 119).

Nos dizeres do boletim, o apresentador coloca o Ministério da Saúde primeiramente na função sintática de sujeito, como autor da divulgação dos números oficiais: “O Ministério da Saúde acaba de divulgar [...]”. Percebe-se que, além de chamar a atenção para a autoria da ação, para descrever a ação propriamente dita o apresentador usa uma locução verbal, também chamada de conjugação perifrástica (“acaba de divulgar”). Para apreender melhor sobre os efeitos de sentido dessa locução, é necessário relembrar alguns tópicos da gramática normativa.

Ocorre uma locução verbal quando uma ação é expressa por dois ou mais verbos. Nesse tipo de conjugação, do ponto de vista da gramática, sempre o último verbo a aparecer na locução é o que expressará a verdadeira ação, aquela que se quer manifestar (ALMEIDA, 2009). Portanto, no caso dos dizeres do *Plantão do JN*, gramaticalmente a ênfase recai no verbo divulgar. Ainda se atendo ao estudo gramatical, é importante ressaltar que a perífrase verbal terá uma parte flexionada – indica modo, pessoa, tempo, número etc. A segunda não é flexionada e estará no infinitivo, no gerúndio ou no particípio:

[...] constituindo um verdadeiro sintagma verbal, semântica, paradigmática e sintagmaticamente delimitado, e uma unidade constante aos níveis da ‘norma’ e do sistema e que tem por função expressar uma modalidade, ou seja, um valor sistemático de natureza, ou modal, ou temporal, ou aspectual, ou diatética (FERNANDES, 1990, p. 40).

No caso específico do objeto de análise, “acaba de divulgar” pode ser classificada como tendo valor aspectual, pois informa o final de uma ação, ou valor temporal, pois situa a ação no passado muito próximo. E é justamente nesses dois valores que nos focamos como

analistas de discurso. Diferentemente do que considera a gramática normativa, para a AD a ênfase está no verbo auxiliar (acabar) e no valor sistêmico, pois é esse que produz efeitos de sentido.

Internamente ao texto, o “acaba” remete a “são 21h45”, horário que é reforçado pelo advérbio de tempo “agora”. Ao dizer “acaba de divulgar”, o apresentador coloca que a ação se deu pouquíssimos minutos antes de a notícia ir ao ar. Esse sentido é ainda mais reforçado se atentarmos ao advérbio “agora” o qual, justamente por ser desnecessário na frase, está pleno de sentidos. Desnecessário pois 21h45 já indica o horário corretamente; pleno de sentidos por, ao ser colocado, o “agora” reafirmar o horário e reforçar o imediatismo da notícia.

Externamente ao texto do plantão, o “acaba de divulgar” remete a um contexto e a um sentido que estão na própria edição do *Jornal Nacional* da mesma data. Ao encerrar uma reportagem de cerca de oito minutos sobre a decisão do ministério – na qual o telenoticiário divulgou que fontes ouvidas pela emissora afirmaram que a decisão de mudar a sistemática de divulgação partiu do Palácio do Planalto – a emissora divulgou a seguinte nota:

[WILLIAM BONNER] O público saberá julgar se o governo agia certo antes ou se age certo agora. Saberá se age por motivação técnica ou se age movido por propósitos que não pode confessar mais claramente. Os espectadores da Globo podem ter certeza de uma coisa: serão informados sobre os números tão logo sejam anunciados, por que o jornalismo da Globo corre sempre para atender o seu público.

Ou seja, com base na nota e na própria reportagem, podemos concluir que ao dizer “acaba de divulgar” é como se o apresentador dissesse: “o Ministério da Saúde acaba de divulgar os números que antes divulgava às 19 horas, mas que foram liberados apenas agora para que não fizéssemos matérias a tempo de exibir no *JN*. Mas nós, mesmo assim, viemos informar”.

Essa mesma particularidade extratextual é notada com o uso da preposição acidental “segundo”, utilizada duas vezes, antes de Ministério da Saúde e de Ministério da Saúde do Brasil. A preposição remete ao fato de que, além do órgão do Poder Executivo – a quem cabe divulgar os dados oficiais – o telenoticiário, em sua edição normal, já havia apresentado seu próprio levantamento.<sup>3</sup> Por fim, nos dizeres percebe-se o uso do termo “brasileiros”, usado como substantivo, e não “pessoas infectadas” ou “vítimas da doença”. Ao se referir aos

---

<sup>3</sup> Nessa data, ainda não havia o levantamento independente, feito pelo consórcio de meios de comunicação. Esse consórcio também foi uma reação à decisão do governo de restringir a divulgação dos dados da pandemia. Integram a parceria o *GI*, *O Globo*, os jornais *Extra*, *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* e o portal UOL. A divulgação desses dados, com informações colhidas nas secretarias de Saúde dos 26 estados e do Distrito Federal, se iniciou em 8 de junho de 2020 (VEÍCULOS..., 2020).

doentes e aos mortos, o *JN* busca se aproximar do telespectador, numa tentativa de humanização dos números.

Em síntese, especificamente em relação aos dizeres, ao repetir termos e por esses termos produzirem efeitos de sentido diferentes, o *Plantão do JN* não apenas informa, mas orienta, aponta, influencia. Sobre essa possibilidade do texto, Orlandi nos ensina:

Por exemplo, no caso da indústria cultural, o texto está prenhe de outros sentidos que não a informação, efeitos esses tais como a persuasão, o nivelamento de opinião, a ideologia de sucesso, a homogeneização, etc. No discurso pedagógico [...], temos a inculcação. E assim por diante” (ORLANDI, 2007b, p. 119).

Por sua vez, ao utilizar modos verbais perifrásticos, o boletim remete ao contexto: à própria condição de produção do discurso, pois reforça o “atraso” na divulgação dos dados. Condições de produção essas que serão estudadas a seguir tendo como base os silêncios: tanto o já citado, utilizado como recurso de produção de sentidos no próprio boletim noticioso; quanto aquele que culminou com o *Plantão do Jornal Nacional*.

### **A política do silêncio: a censura na cobertura sobre a Covid-19**

O estudo do silêncio permeia, de certo modo, toda a obra de Eni Orlandi. Mas é em especial em um dos capítulos de *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso* (1987) e em todo o livro *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos* (2007a) que temos uma teorização mais ampla sobre o silêncio.

Na apresentação da segunda obra supracitada, a autora nos revela que, ao estudar o silêncio, é preciso ter em mente duas premissas. A primeira, que há uma forma de estar em silêncio mas que corresponde justamente a uma forma de estar no sentido. Dessa forma, é lícito dizer que “as palavras transpiram silêncio” (ORLANDI, 2007a, posição 41). A segunda premissa é que o estudo do silenciamento – ou seja, o “pôr em silêncio” – leva a um processo de produção de sentidos silenciados que permite com que entendamos uma dimensão do não-dito que não pode ser confundida com o implícito. Essa distinção se dá devido ao fato de o implícito, diferentemente do silêncio, se sobrepor a uma outra significação. Por sua vez, o sentido do silêncio não está sobreposto mas, sim, o próprio silêncio tem um sentido (ORLANDI, 2007a, posição 41-46).

Entre os silêncios, a autora classifica como fundador, ou fundante, o silêncio que existe nas palavras, o não-dito, e que concede o espaço de recuo significativa, possibilitando as condições para significar. Há ainda a política do silêncio (ou seja, o silenciamento, o “pôr em silêncio”), a qual Orlandi (2007a) subdivide em silêncio constitutivo, que indica que para dizer algo é necessário “não-dizer” – ou ao se dizer determinada palavra, o enunciado apaga sempre as demais –; e o silêncio local, que é simplesmente a censura.

Nesse ponto, cabe abrir parênteses para elucidar a posição de cada um dos envolvidos nas condições de produção do boletim – posição esta que para ser mais bem delineada exige ampliar as condições de produção do boletim por meio de um retrospecto histórico. Primeiramente, como já citado, com base em Almeida (2019), deve-se ter em mente que a Rede Globo de Televisão não é o canal de televisão aliado a Bolsonaro, posto assumido pela Rede Record.

Nas eleições de 2018, o tratamento dispensado pela Rede Globo a Fernando Haddad e Jair Bolsonaro foram semelhantes. Porém, a Rede Globo e seu principal jornal perderam espaço para a segunda maior empresa de TV do país, a Record, que apresentou um alinhamento maior com o então candidato da direita. Tal fenômeno seria sintoma de uma crise mais profunda e revela a “inabilidade de instituições tradicionais de construir e disseminar consensos políticos” (PORTO; NEVES; LIMA, 2019, p. 22). Segundo os pesquisadores, tanto o bloco histórico quanto o sistema político surgidos entre a redemocratização do país, em 1985, e a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência, tiveram de enfrentar uma grande crise política surgida nos protestos de 2013 e na polarização nas eleições presidenciais de 2014.

Esse momento histórico culminou em 2018 com a eleição de Bolsonaro, que revela não apenas uma crise da esquerda (sobretudo do PT), mas uma crise em relação ao poder da Rede Globo, além do poder dos partidos como PSDB e PMDB e da Igreja Católica “no estabelecimento de consensos culturais e políticos” (PORTO; NEVES; LIMA, 2019, p. 22). Em outros termos, essa conjuntura cultural e política coloca em lados opostos Bolsonaro e a emissora carioca, algo manifestado em diversas ocasiões pelo chefe do Executivo nacional.

Segundo Ladeira (2020), por parte da Rede Globo, a oposição não atinge o governo como um todo, mas principalmente o que ele denomina de “núcleo cômico”, formado por ministros como Damares Alves (ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos), Abraham Weintraub (ex-ministro da Educação) e Ernesto Araújo (das Relações Exteriores) e o próprio presidente. Paulo Guedes, ministro da Economia, é poupado, assim como era o ex-ministro da Justiça e Segurança Pública Sergio Moro. Ou seja, a agenda neoliberal e de

suposto combate à corrupção é defendida pela emissora que até mesmo cobra uma maior celeridade nas mudanças na economia, enquanto outros temas são criticados – entre eles, o conservadorismo dos costumes (LADEIRA, 2020).

Especificamente em relação ao Ministério da Saúde, no início da pandemia a emissora se alternava entre veicular notícias positivas – quando essas iam ao encontro do que pregavam organismos como a Organização Mundial da Saúde e autoridades médicas e científicas – e a criticar, quando a ingerência do presidente na pasta era observada. Um exemplo se deu na edição de 28 de março de 2020, quando o *Jornal Nacional* exibiu um material sobre uma entrevista coletiva concedida pelo então ministro Luiz Henrique Mandetta.

Com cerca de 11 minutos, a apresentação não seguiu o formato de reportagem, mas uma cabeça<sup>4</sup> era lida pelos apresentadores, introduzindo o tema a ser abordado pelo ministro. Inicialmente, a apresentadora Ana Paula Araújo coloca que Mandetta havia mudado o discurso e voltado a defender o isolamento social: “Na quarta-feira ele tinha ajustado o discurso ao do presidente Jair Bolsonaro, contrário a um isolamento mais geral [...]”, colocou a jornalista. Ao justificar sua mudança de postura, segundo a apresentadora, o ministro destacou que a diminuição de circulação de pessoas acaba por não somente diminuir o contágio, mas também o número de acidentes, o que acaba impactando no sistema de saúde como um todo.

Nos minutos seguintes, o *JN* apresentou positivamente várias intervenções de Mandetta defendendo ações conjuntas entre governo federal, Estados e municípios, destacando que o ministério iria se pautar por critérios técnicos e científicos e informando que a epidemia gera impactos na saúde, na sociedade e na economia, sendo necessárias ações coordenadas. Depois de também demonstrar que Mandetta, a despeito do que circulava à época, havia dito que se manteria no cargo, a emissora dedicou 41 segundos para criticá-lo e colocá-lo como subserviente a Bolsonaro:

[Ana Paula Araújo] O ministro da Saúde encontrou outra maneira de agradar o presidente: criticou o trabalho da imprensa, afirmando que os meios de comunicação são sórdidos, porque na visão dele só vendem se a matéria for ruim. Na pandemia de um vírus letal contra o qual não há medicamento ou vacina é estarrecedor que ele não reconheça que o nosso trabalho, o trabalho de todos os colegas jornalistas, daqui da Globo, mas também de todos os veículos, é um remédio poderoso: dar informação para que o povo possa se proteger. Há muitos trabalhos essenciais, dos médicos e enfermeiros em primeiro lugar, mas nós, jornalistas, estamos nas redações e nas ruas arriscando nossa saúde, para cumprir nossa missão. E fazemos isso com orgulho.

---

<sup>4</sup> Texto lido pelo apresentador do telejornal que tem como função informar o telespectador qual matéria (VT) será exibida a seguir ou para introduzir um tema.

Por não ser objeto deste artigo, não nos ateremos à análise desse enunciado, mas é preciso destacar que havia, à época, a circulação de notícias de que Mandetta, em várias ocasiões, já havia discordado do presidente por não aceitar ingerências de Bolsonaro na condução das ações de combate à pandemia. Um exemplo é o citado pela própria apresentadora: a defesa do isolamento total, seguida da defesa de isolamento parcial, substituída pela defesa de isolamento total novamente. Entre 21 e 23 de março de 2020, o Ministério da Saúde havia publicado no Twitter várias postagens solicitando que, independentemente da idade, pessoas permanecessem em casa. Por sua vez, no dia 24 de março, Bolsonaro foi enfático em defender que apenas idosos permanecessem isolados, contrariando as postagens. Houve, então, uma adequação por parte do ministério, como verificado no enunciado abaixo, do secretário-executivo do Ministério da Saúde à época, João Gabbardo dos Reis:

Os idosos devem permanecer em casa. Os pacientes sintomáticos sim devem permanecer em casa. Os contatantes, familiares dos pacientes sintomáticos também devem ficar em casa [...]: nós não defendemos a tese de que alguém não possa andar, caminhar no parque. Não é uma recomendação do Ministério da Saúde que as pessoas fiquem impedidas de individualmente andar no parque da cidade. Por que as pessoas vão ficar dois, três meses socadas dentro de um apartamento sem ter a mínima possibilidade de dar uma caminhada? (REIS, 2020, *apud* SOUZA, 2020, p. 1).

Esse episódio mostra como a relação entre Mandetta e Bolsonaro foi conflituosa, a ponto de, em reunião ministerial de 14 de abril, se dirigindo ao ministro, o presidente ter dito que, em relação à pandemia, era ele, Bolsonaro, quem mandava. A fala foi uma reação à entrevista do ministro ao *Fantástico*, também da Globo, no domingo anterior, em que Mandetta disse que havia dois comandos no combate à pandemia, um dele o outro do presidente. Dois dias depois da reunião, em 16 de abril, o ministro deixou o governo.

Substituto de Mandetta, Nelson Teich, como já dito, permaneceu apenas um mês, por também ter discordâncias com Bolsonaro. Interino desde então, o general Eduardo Pazuello foi empossado em setembro justamente por seguir as recomendações do chefe do Executivo, mesmo recebendo críticas de cientistas e especialistas em saúde. O posicionamento do militar era destacado por ele tanto por meio de enunciados como por ações. Um exemplo de enunciado é “Um manda, outro obedece”, de Pazuello, quando Bolsonaro o desautorizou a comprar 46 milhões da vacina CoronaVac por meio de um acordo com o Governo de São Paulo. Um exemplo de ação é a circunstância em que se deu a declaração, com o não uso de



máscara por nenhum dos dois sujeitos quando Pazuello, com Covid-19, recebeu a visita de Jair Bolsonaro em outubro de 2020 (CARVALHO; CANCIAN, 2020).

Todo esse quadro demonstra como as ações relativas à divulgação dos dados da pandemia – como as mudanças qualitativas do material, a retirada do ar do portal do ministério e a alteração no horário dos dados – não são apenas ações do Ministério da Saúde, mas do presidente da República. Ao ser questionado sobre as mudanças, ele foi enfático ao citar a emissora e sugeriu até mesmo que reportagens “consolidadas” fossem exibidas no *Fantástico*, atração semanal da emissora. Não foi citado por ele nenhum outro órgão de imprensa.

O presidente disse ainda que o Ministério da Saúde não tem obrigação de atender a emissora. Sobre a ordem ter ou não partido dele, enunciou: “Não interessa quem deu a ordem, acho que é justo sair dez da noite com os dados mais consolidados. Ninguém tem que correr para atender à Globo” (BOLSONARO..., 2020, p. 1).

Pazuello, como seria confirmado mais tarde, é apenas um executor das ordens advindas de Jair Bolsonaro. Notório opositor da Rede Globo, a qual denomina lixo e já ameaçou não renovar a concessão (BENÍCIO, 2020), ao provocar a precarização dos dados usados na elaboração de materiais jornalísticos Bolsonaro atinge com maior intensidade a emissora carioca. Essa intensidade se deu por vários meios.

Uma forma de mostrar como o impacto da não divulgação – ou divulgação parcial – dos dados atinge de forma mais contundente a emissora é sua audiência. Na semana do dia 16 a 22 de março de 2020, a audiência do *Jornal Nacional*, atingiu 37 pontos na Grande São Paulo (cada ponto equivale a 203 mil pessoas). O índice foi o maior dos últimos nove anos. Já no Rio de Janeiro, a média do noticiário foi de 38 pontos, recorde dos últimos oito anos (PADIGLIONE, 2020).

Do ponto de vista da AD, toda essa narração de fatos esboça com maior nitidez as condições de produção do boletim aqui analisado. Porém, é preciso destacar que a política de silenciamento não é medida em intensidade nem por meio de dados estatísticos. Tampouco, como escreve Orlandi (2007a), o que se busca aqui “é classificar dados que caracterizariam a censura”:

[...] [a] proposta é a de compreender a censura enquanto fato de linguagem que se inscreve em uma política da palavra que separa a esfera pública e a esfera privada, produzindo efeitos de sentido pela clivagem que a imposição de uma divisão entre sentidos permitidos e sentidos proibidos produz no sujeito (ORLANDI, 2007a, posição 802-806).

Sobre isso, voltaremos mais tarde. Por ora, cumpre retornarmos ao objeto de análise deste artigo: o *Plantão do JN* exibido em 5 de junho de 2020. Como já citado, durante a leitura do texto pelo apresentador foram exibidas fotografias das vítimas. Após a leitura, foram exibidos oito segundos de silêncio com a câmera se afastando lentamente até mostrar a redação do *Jornal Nacional* na penumbra. Ao fundo, foi possível ver parte da bandeira do Brasil em tons de cinza. O recurso imagético da ausência de luz, em combinação com o silêncio, a ausência de som, por si já produz sentido:

O real da linguagem – o discreto, o um – encontra sua contraparte no silêncio. O silêncio como horizonte, como iminência do sentido, tal como expressamos no corpo de nosso trabalho, aponta-nos que o fora da linguagem não é o nada mas ainda sentido. Silêncio que atravessa as palavras, que existe entre elas, ou que indica que o sentido pode sempre ser outro, ou ainda que aquilo que é mais importante nunca se diz [...] (ORLANDI, 2007a, posição 61-65).

Ao se calar, o apresentador presta uma homenagem aos mortos e a suas famílias. Trata-se de um recurso que remete a uma homenagem póstuma, o que fica ainda mais claro pelo fato de terem sido exibidas fotos dos mortos ao fundo do cenário. Ou seja, há uma materialidade simbólica no silêncio, mas essa materialidade não está ligada ao misticismo ou à religiosidade. Trata-se do “silêncio que não é distanciamento mas presença” (ORLANDI, 2007a, posição 510-515).

Mas, como já explicitado, uma outra forma de silêncio observada nesse caso deve ser analisada: o silêncio local, a censura, que, diferentemente do tipo de silêncio anterior, ocorreu no contexto das condições de produção do boletim e não neste. Ao não revelar ou revelar diferentemente os dados estatísticos – por meio de várias formas – o governo brasileiro se valeu de uma “estratégia política circunstanciada em relação à política dos sentidos”, pois produziu um interdito, um proibido (ORLANDI, 2007a, posição 618).

Do ponto de vista da AD, a censura difere daquela pensada pelo senso comum. Sob um foco discursivo, a censura proíbe determinadas palavras para proibir determinados sentidos. Dessa forma, acaba por proibir o sujeito de ocupar determinados lugares, ou certas posições-sujeito. Isso ocorre pois, no discurso, sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo (ORLANDI, 2007a). Mas as particularidades da censura aos olhos da AD vão além:

A censura não é um fato circunscrito à consciência daquele que fala, mas um fato discursivo que se produz nos limites das diferentes formações discursivas que estão em relação. Assim concebida, a censura pode ser compreendida como a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas. Consequentemente, a identidade do sujeito é imediatamente afetada enquanto sujeito-do-discurso [...].

Em outros termos, se as formações discursivas “determinam o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 2014a, p. 164), a censura instala um cenário de relações de força e estabelece aquilo que não deve, ou não pode, ser dito pelo sujeito (ORLANDI, 2007a, posição 642). Com a censura, há um impedimento, uma interdição à inscrição dos sujeitos em determinadas formações discursivas. Por meio do veto a determinados sentidos, se impede o sujeito de ocupar determinados lugares (ORLANDI, 2007a).

Ao analisarmos os acontecimentos aqui descritos, percebe-se uma outra particularidade do silêncio local: não houve falta de informações. Ou seja, todos sabiam da existência dos dados, mesmo antes de serem divulgados. Também foi possível, por meio do levantamento nas secretarias estaduais de Saúde, ter os números sobre a Covid-19: ou seja, mesmo que de modo oficioso e com diferença entre os valores, havia uma informação.

Conforme a autora, seria uma ilusão achar que na interdição dos sentidos faltam informações. O panorama é inverso, com a censura atuando justamente sobre o que se supõe que o sujeito saiba. O que se busca impedir, por meio do silenciamento, “é justamente que haja elaboração histórica dos sentidos e movimento no trabalho de identificação dos sujeitos (cidadãos)” (ORLANDI, 2007a, posição 1154-1159).

Essa interdição, promovida pelo governo federal, é, do ponto de vista do discurso, fruto de uma memória discursiva dos períodos de exceção, de autoritarismo – um dos quais, a ditadura militar brasileira, confessadamente admirada pelo presidente da República, que frequentemente a elogia. Esse período, como destaca a autora, se caracterizou pela “interdição da palavra ao conjunto da sociedade brasileira” (ORLANDI, 2007a, posição 877).

Diante desse quadro, surge uma questão: se com o silêncio local, a censura, toda a sociedade brasileira é interdita, há aqueles que são mais prejudicados que os outros? Para tentar responder a essa pergunta, na próxima seção, nos valem de dados estatísticos de organismos internacionais, ONGs e órgãos governamentais.

### **Fechando o ciclo do silenciamento: quem são os mais prejudicados?**

Ainda no início da pandemia, Mascaro (2020) advertiu que não seria lícito restringir seu surgimento às questões biológicas ou da natureza. Segundo ele, trata-se de uma crise social e histórica própria do capitalismo:

No fundamental, a dinâmica da crise evidenciada pela pandemia é do modelo de relação social, baseado na apreensão dos meios de produção pelas mãos de alguns e pela exclusão automática da maioria dos seres humanos das condições de sustentar materialmente sua existência, sustento que as classes desprovidas de capital são coagidas a obter mediante estratégias de venda de sua força de trabalho. O modo de produção capitalista é a crise (MASCARO, 2020, posição 23-25).

Para ele, problemas causados ou agravados pela pandemia, como o desemprego, a existência de habitações inadequadas nas periferias e comunidades carentes, a precariedade do transporte público – que favorece as transmissões da doença – além do sucateamento do sistema público de saúde “são condições históricas de um modo de produção específico, o capitalismo” (MASCARO, 2020, posição 29-31). Ou seja, o problema não reside apenas na doença, mas no próprio capitalismo. O quadro se torna ainda mais grave quando se atenta que essas condições tornam vulneráveis justamente as populações com alto índice de vulnerabilidade.

Feito ainda nos meses iniciais da pandemia, o prognóstico de Mascaro é confirmado por meio de dados da ONU, que, em dezembro de 2020, colocou que a população menos favorecida tem sido atingida de forma desproporcional pela pandemia, por meio da elevação dos preços de alimentos e pela queda dos rendimentos. Além disso, esse contingente sofre ainda com a suspensão de programas de saúde – como a vacinação contra as demais doenças – e com o fechamento das escolas (ONU..., 2020a).

O mesmo estudo da Organização das Nações Unidas aponta que, em 2021, 736 milhões de pessoas em todo o mundo poderão ir para a situação de pobreza extrema – ou seja, viverem com menos de 1,60 euro por dia, ou R\$ 10,32 ao câmbio de 13 de janeiro de 2021 (ONU..., 2020a). O quadro se torna ainda mais crítico quando se constata que, enquanto os mais pobres ficam mais pobres, os milionários ficam mais ricos. Conforme a Oxfam Brasil – organização da sociedade civil atuante no Brasil desde 2014 e filiada à ONG internacional Oxfam – até maio de 2020 as 25 pessoas mais ricas mundo já tinham aumentado suas fortunas em mais US\$ 255 bilhões.

No Brasil, entre 18 de março e 12 de julho, o patrimônio dos 42 bilionários subiu de US\$ 123,1 bilhões para US\$ 157 bilhões. Se forem considerados a América Latina e o Caribe, os 73 bilionários da região viram suas fortunas aumentarem em US\$ 48,2 bilhões desde o início da pandemia, em março, até junho de 2020 (BILIONÁRIOS..., 2020).

Toda essa situação socioeconômica impacta também nos índices de mortalidade da Covid-19, sobretudo quando tem como variáveis cor e classe. Segundo o Instituto Polis, que desenvolveu uma pesquisa na cidade de São Paulo, os homens negros estão no topo das

mortes por Covid-19 no Brasil: são 250 mortes a cada 100 mil habitantes. Por sua vez, entre os brancos, são 157 mortes pela doença a cada 100 mil habitantes.

A pesquisa, que consta com dados de 1 de março a 31 de julho de 2020, revela ainda que no período foram 140 mortes de mulheres negras por 100 mil habitantes, contra 85 mortes por 100 mil entre as brancas. Outro levantamento, desta vez pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mostrou que mulheres, negros e pobres são os mais afetados pela doença (IBGE, 2020). Segundo o IBGE, que tem desenvolvido em caráter de experimentação a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Covid-19, em junho de 2020 – quando a epidemia no país já durava três meses – mais 1,68 milhão de pessoas migraram para a informalidade. Alta de 16,6% na comparação com o mês anterior. Quase 40% dos trabalhadores pretos e pardos estavam nessa situação, enquanto o percentual entre os brancos era de 29,9%.

Os levantamentos também incluem dados relacionados diretamente à doença, como número de exames feitos pela população, resultados e os sintomas da doença nos indivíduos. Neste quesito, os que tiveram mais sintomas de síndrome respiratória foram os pretos ou pardos (68,3%); percentual que cai para 30,3% entre os brancos. Na comparação entre os gêneros, em junho, 57,8% dos que disseram ter sentido mais de um dos efeitos da doença eram mulheres, contra 42,2% de homens (IBGE, 2020).

Diante de todos esses dados, podemos voltar ao objeto deste artigo e responder a questão colocada ao final da seção anterior: o silenciamento, o silêncio local, a censura, interdita os sujeitos de toda a sociedade brasileira na mesma intensidade, ou há aqueles que são *mais interditados* que outros? Como supracitado, a censura atua sobre o que supõe que o sujeito saiba, impedindo que aconteça a elaboração histórica dos sentidos e um movimento de identificação dos sujeitos como cidadãos. Ou seja, em uma sociedade não igualitária, em que há diferentes níveis de cidadania – a depender da classe, do gênero, da orientação sexual e da raça/cor/etnia dos sujeitos –, uma interdição na elaboração dos sujeitos atingirá com maior intensidade os mais vulneráveis.

Em síntese, ao impor a política do silêncio, o governo federal imputa aos sujeitos mais vulneráveis uma interdição que os impede de serem cidadãos, já que esses são interditados de se inscreverem em certas formações discursivas, as quais não os enlacam à extrema pobreza, à subalternidade.

## Considerações finais

O *Plantão do Jornal Nacional* exibido em 5 de junho e as circunstâncias que levaram a sua exibição são exemplos de como o silêncio e os silenciamentos – a política do silêncio, mais precisamente o silêncio local, a censura – atuam no discurso. De um lado, após o uso de recursos sonoros e imagéticos que abrem seus boletins extraordinários, a Rede Globo lança mão do silêncio fundador e, por meio do não-dito, trouxe significações em relação ao número de mortos pela Covid-19. A penumbra na redação e os tons escuros, aliados ao não-dizer, produziram efeitos de sentido no telespectador, que se viu em meio ao luto pelas 35 mil vítimas.

Por sua vez, ao “proibir” a imprensa de mostrar algo, o governo brasileiro se valeu de uma memória discursiva da ditadura militar, promovendo o silêncio local, a censura. Como destaca Orlandi (2007a), à época da ditadura a censura promovia um apagamento que não permitia ao sujeito dizer. Essa interdição da palavra, conforme ela, atingia toda a sociedade brasileira. O mesmo pode ser dito das circunstâncias atuais, que ocasionaram a exibição do boletim. Com isso, as populações mais vulneráveis são as mais prejudicadas.

Saudoso da ditadura, Bolsonaro lança mão dessa prática antiga, típica dos regimes ditatoriais – tanto à direita quanto à esquerda mas que, no caso dele, remete à extrema-direita. No entanto, embora sua intenção tenha sido prejudicar uma emissora, caso fosse bem-sucedido a vítima seria a sociedade brasileira. Neste sentido, houve uma contracensura por parte da TV Globo.

O curioso, porém, é que, da mesma forma que a Rede Globo, nesse episódio, tenha sofrido censura. Como mostramos, houve épocas, durante e depois da ditadura militar, em que a própria emissora aderiu ao silêncio local. Com isso, resta-nos, como cidadãos, resistir tanto à censura imposta pelas autoridades que governam o país como àquela praticada pelos meios de comunicação, e essa resistência, como nos ensina Pêcheux (1990; 2014b), se revela no discurso e esse é um tema que merece outro artigo.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Sobre os discursos de resistência da população mais vulnerável exibidos pelo *JN*, sugerimos o artigo “O *Jornal Nacional* e os discursos de resistência de moradores de comunidades pobres frente à crise da Covid-19” (FIGUEIRA SOBRINHO; GARCIA, 2021. In. SILVA, D. S.; SILVA, C. S. dos. **Pêcheux em (dis)curso**: entre o já-dito e o novo. Uma homenagem à professora Nádia Azevedo. São Carlos: Editora Pedro & João, 2021).

## Referências

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática metódica da língua portuguesa**. São Paulo: Saraiva, 2009.

ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos estudos – CEBRAP**, São Paulo, v. 38, n. 1, jan./abr. 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/nec/v38n1/1980-5403-nec-38-01-185.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2020.

AMORIM, Paulo Henrique. **O quarto poder** – uma outra história. São Paulo: Hedra, 2015.

BENÍCIO, Jeff. Bolsonaro chama Globo de lixo e ameaça não renovar concessão. **Terra**, São Paulo, 30 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/diversao/tv/blog-sala-de-tv/bolsonaro-chama-globo-de-lixo-e-ameaca-nao-renovar-concessao,effc5747cf07d7fcda063264f5021b7c9ccd7wc.html>>. Acesso em: 19 mar. 2021.

BILIONÁRIOS da América Latina aumentaram fortuna em US\$ 48,2 bilhões durante a pandemia. **Oxfam Brasil**, São Paulo: [s. n.], 27 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/noticias/bilionarios-da-america-latina-e-do-caribe-aumentaram-fortuna-em-us-482-bilhoes-durante-a-pandemia-enquanto-maioria-da-populacao-perdeu-emprego-e-renda/>>. Acesso em: 13 jan. 2020.

BOLSONARO defende atraso em boletins de Covid para “não atender a Globo”. **UOL**, São Paulo, Universo Online, 5 jun. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/06/05/bolsonaro-defende-atraso-em-boletins-de-covid-para-nao-atender-a-globo.htm>>. Acesso em: 29 nov. 2020.

BRASIL é destaque no mundo por não divulgar dados de mortes por Covid-19. **BBC News Brasil**, São Paulo: BBC, 8 jun. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52967730>>. Acesso em: 5 dez. 2020.

CASTANHEIRA, Karol Natasha Lourenço. **“Tchau, querida”**: os enquadramentos do Jornal Nacional no processo de impeachment. 2018. 254f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/157313>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

CARVALHO, Daniel; CANCIAN, Natália. ‘Um manda, o outro obedece’, diz Pazuello ao receber Bolsonaro após crise da vacina. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 22 out. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/10/um-manda-o-outro-obedece-diz-pazuello-ao-receber-bolsonaro-apos-crise-da-vacina.shtml>>. Acesso em: 19 mar. 2021.

EMERIM, Cárlica. Semiótica discursiva aplicada ao jornalismo: estudo de vinhetas televisivas. In: SEMINÁRIO LEITURA DE IMAGENS PARA A EDUCAÇÃO: MÚLTIPLAS MÍDIAS, 10., 2017, Florianópolis, SC. **Anais...**, Florianópolis: Udesc, 2017, p. 47-60.

ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS DE COORDENAÇÃO DE ASSUNTOS HUMANITÁRIOS (OCHA). **Plano de resposta humanitária global Covid-19** – apelo

coordenado das Nações Unidas. Genebra (Suíça): Escritório das Nações Unidas de Coordenação de Assuntos Humanitários, jan./dez. 2020. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ufrgs/noticias/arquivos/plano-de-resposta-humanitaria-global-2013-covid-19-versao-em-lingua-portuguesa>>. Acesso em: 1 dez. 2020.

FERNANDES, Henrique Barroso. Expressão perifrástica da categoria gramatical verbal aspecto em português contemporâneo (I). **Separata da revista Diacrítica**, Braga (Portugal), n. 5, p. 20-42, 1990. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/55625201.pdf>>. Acesso em: 11 jan., 2021.

GARCIA, Gustavo. 'Acabou matéria do Jornal Nacional', diz Bolsonaro sobre atrasos na divulgação de mortos por coronavírus. **G1**, Brasília, DF, 5 jun. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/05/dados-do-coronavirus-bolsonaro-defende-excluir-de-balanco-numero-de-mortos-de-dias-anteriores.ghtml>>. Acesso em: 4 dez. 2020.

GLOBO anuncia números da Covid-19 em plantão e web vibra com “deboche” a Bolsonaro. **Yahoo**, [S. l.], 6 jun. 2020. Disponível em: <[https://esportes.yahoo.com/noticias/globo-plantao-covid-deboche-bolsonaro-131230028.html?guccounter=1&guce\\_referrer=aHR0cHM6Ly93d3cuZ29vZ2xILmNvbS8&gucce\\_referrer\\_sig=AQAAADWjD-jyocKYv8yxMJD8nyf0132IWsPDHxnkXP9LQFbshtVBQRNB00xATSyy9GU8-AKZracf11Bpb1HWE9PAa2eywwh49EwZqiZwOYJ0rs1--MucLFp5rRjd4QO4DRGODOuCVjPopEHKiaqIvoNQMsd0UsevF6UwfoiYW3tUL0VX](https://esportes.yahoo.com/noticias/globo-plantao-covid-deboche-bolsonaro-131230028.html?guccounter=1&guce_referrer=aHR0cHM6Ly93d3cuZ29vZ2xILmNvbS8&gucce_referrer_sig=AQAAADWjD-jyocKYv8yxMJD8nyf0132IWsPDHxnkXP9LQFbshtVBQRNB00xATSyy9GU8-AKZracf11Bpb1HWE9PAa2eywwh49EwZqiZwOYJ0rs1--MucLFp5rRjd4QO4DRGODOuCVjPopEHKiaqIvoNQMsd0UsevF6UwfoiYW3tUL0VX)>. Acesso em: 6 dez. 2020.

HERZ, Daniel. **A história secreta da Rede Globo**. Porto Alegre: Tchê, 1987.

IBGE – Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19**. Rio de Janeiro, IBGE, 2020. Disponível em: <<https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/>>. Acesso em: 13 jan. 2021.

JORNAL NACIONAL. **Rede Globo**, São Paulo, 5 jun. 2020. Programa de TV. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/8607222/>>. Acesso em: 1 dez. 2020.

JUNQUEIRA, Caio. Em reunião ministerial, Bolsonaro manda recado e Mandetta silencia. **CNN Brasil**, São Paulo, 14 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/04/14/em-reuniao-ministerial-bolsonaro-manda-recado-e-mandetta-silencia>>. Acesso em: 19 mar. 2021.

LADEIRA, Francisco Fernandes. A relação entre Rede Globo e governo Bolsonaro. **Observatório da Imprensa**, São Paulo, n. 1074, 11 fev. 2020. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/televisao/a-relacao-entre-rede-globo-e-governo-bolsonaro/>>. Acesso em: 19 mar. 2021.

LEMONS, Christina, Eduardo Pazuello assume Saúde interinamente após saída de Teich. **R7**, [s. l.], 15 maio 2020. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/brasil/eduardo-pazuello-assume-saude-interinamente-apos-saida-de-teich-15052020>>. Acesso em: 3 dez. 2020.



LIMA, Venício A. de. Notas preliminares sobre o jornalismo da Rede Globo: um “estudo de caso” sobre o *DF-TV*. In: LIMA, V. A. de. **Mídia: Teoria é política**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012, p. 257- 271.

MASCARO, Alysson Leandro. **Crise e pandemia**. (Série Pandemia Capital). São Paulo: Boitempo, 2020. (*E-book Kindle*)

ONU alerta sobre milhões de pessoas caindo em pobreza extrema após Covid-19. **ONU NEWS – Perspectiva Global**, Reportagens Humanas, [s. l.: s. n.], 3 dez. 2020a. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2020/12/1734972>>. Acesso em: 12 jan. 2021.

ONU prevê a maior crise humanitária desde a 2ª Guerra Mundial. **Andes – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior**, Brasília, DF, [s. n.], 8 dez. 2020b. Disponível em: <<https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/ONU-preve-a-maior-crise-humanitaria-desde-a-2a-guerra-mundial1>>. Acesso em 13 jan. 2020.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 1987.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007a. (*E-book Kindle*). DOI: <https://doi.org/10.7476/9788526814707>

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação – autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007b.

ORLANDI, Eni. Paráfrase e polissemia. A fluidez nos limites do simbólico. **Rua**, Campinas, n. 4: p. 9-19, 1998. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640626>>. Acesso em: 23 maio 2020.

PADIGLIONE, Cristina. Audiência de telejornalismo explode durante crise do novo coronavírus. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 mar. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/03/audiencia-de-telejornalismo-explode-durante-crise-do-novo-coronavirus.shtml>>. Acesso em: 22 maio 2020.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, Inversões, Deslocamentos. Tradução José Horta Nunes. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 19, p. 7-24, jul./dez. 1990. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636823>>. Acesso em: 26 jul. 2020. DOI: <https://doi.org/10.20396/cel.v19i0.8636823>

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2014a, p. 59-158.

PÊCHEUX, Michel. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni Puccinelli Orlandi et al. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2014b, p. 269-281.

PLANTÃO DO JORNAL NACIONAL. **Rede Globo**, São Paulo, 5 jun. 2020. Programa de TV. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/8607221/>>. Acesso em: 1 dez. 2020.

PORTO, Mauro P.; NEVES, Daniela; LIMA, Barbara. Televisão, crise hegemônica e ascensão da extrema direita: Globo e Record nas eleições presidenciais de 2018. In: VIII CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA (VIII COMPOLÍTICA), 2019, Brasília. **Anais...**, Brasília: Universidade de Brasília (UnB), 2019.

RAÇA e Covid no município de São Paulo. **Instituto Pólis**, São Paulo, [s. l.: s. n.], jul. 2020. Disponível em: <<https://polis.org.br/estudos/raca-e-covid-no-msp/>>. Acesso em: 13 jan. 2020.

SOUZA, André de. Antes de pronunciamento de Bolsonaro, Ministério da Saúde recomendou em redes sociais evitar sair de casa. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 mar. 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/antes-de-pronunciamento-de-bolsonaro-ministerio-da-saude-recomendou-em-redes-sociais-evitar-sair-de-casa-24330308>>. Acesso em: 19 mar. 2021

TROCA de ministros na pandemia. Radis Comunicação e Saúde. **Radis Comunicação e saúde**, Rio de Janeiro: Fiocruz, 5 maio 2020. Disponível em: <<https://radis.ensp.fiocruz.br/index.php/home/noticias/troca-de-ministros-na-pandemia>>. Acesso em: 3 dez. 2020.

VEÍCULOS de comunicação formam parceria para dar transparência a dados de Covid-19. **G1**, [s. l.: s. n.], 8 jun. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/08/veiculos-de-comunicacao-formam-parceria-para-dar-transparencia-a-dados-de-covid-19.ghtml>>. Acesso em: 12 jan. 2021.

VENAGLIA, Guilherme. Eduardo Pazuello toma posse como ministro efetivo da Saúde. **CNN Brasil**, São Paulo, 16 set. 2020. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/09/16/eduardo-pazuello-toma-posse-como-ministro-efetivo-da-saude>>. Acesso em: 3 dez. 2020.

Recebido em: 28 de janeiro de 2021

Aceito em: 15 de março de 2021